UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA, PESQUISA E
VIVÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O ensino-aprendizagem da História pré-colonial nos espaços
educativos não formais: o caso do turismo no Parque Estadual
do Guartelá- PR

AMANDA CRISTINA DOS SANTOS COSTA ALVES

RIO GRANDE

2016

1-DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMATICA

Este projeto tem como objetivo identificar e discutir o ensino da história indígena pré-colonial na área do Parque Estadual do Guartelá¹ (PEG), a partir das práticas turísticas realizadas no local. O parque foi criado com o intuito de proteger as áreas ecológicas, ou seja:

“assegurar a preservação das paisagens singulares e dos ecossistemas típicos da região, incluindo a vegetação de campos, cerrados e elementos das florestas ombrófila mista e estacional semidecidual” (MOREIRA e ROCHA, 2007, p-205).

É composto por uma área rica em patrimônio natural, cultural, geográfico, biológico e arqueológico. Além disso, o parque conta com vários sítios arqueológicos de arte rupestre.

Sendo assim, o parque é um local de elevado potencial paisagístico, com cânions, cachoeiras, patrimônio arqueológico, geológico e biológico, o que indica alceado potencial educativo. Segundo Moreira e Rocha (2007, p-205) a “região de entorno ao parque apresenta significativas áreas de vegetação nativa remanescente, em função das limitações naturais destes terrenos”. Além do imponente *cânion* do rio Iapó, o parque possui lindas paisagens, lugares associados à história e à cultura local, como grutas, cavernas, cachoeiras, formações rochosas e também as pinturas rupestres, pintadas nas paredes dos abrigos rochosos pelos indígenas que ocupavam a região antes da chegada dos colonizadores europeus.

As pinturas estão localizadas no sítio arqueológico Lapa Ponciano, este sítio fica inserido dentro do parque. O sítio arqueológico é caracterizado por ser um abrigo sob rocha, localizado na encosta do *canyon* com vista para o rio Iapó. O sítio localiza-se mais afastado das outras atrações do parque de

¹ O Parque Estadual do Guartelá, localiza-se na região dos Campos Gerais, no Município de Tibagi-PR a cerca de 12km da zona urbana, e 200km de Curitiba-PR, capital do Estado. O parque foi criado no ano de 1992, possui uma área, aproximadamente de 790 hectares. O PEG leva este nome devido às histórias contadas pelos antepassados que nestas terras havia um habitante que tentava proteger seu vizinho dos ataques eminentes dos índios Kaingang, dando o aviso de “Guarda-te la que aqui bem fico”. Derivando daí o nome de Guartelá. (LANGE, 1994).

acesso irrestrito, a partir de trilha própria mais longa, que parte da trilha principal.

Os sítios arqueológicos localizados dentro do Parque Estadual do Guartelá já foram objetos de estudo de arqueólogos, como o de Oldemar Blasi em trabalho publicado em 1972 (BLASI, 1972). São conhecidos diversos outros sítios com pinturas rupestres na área, porém, ainda sem referências de estudos realizados. Algumas pinturas no abrigo da Lapa Ponciano, apresentam sinais de deterioração por escamação da rocha. Esses sinais, porém, já foram observados no local nas primeiras pesquisas realizadas por Blasi na época de seus trabalhos, havendo então, evidências de que tenham sido causadas por ação natural ou por ação antrópica.

A região dos Campos Gerais onde está localizado o Parque Estadual de Guartelá tem registro da influência das tradições arqueológicas como a Umbu, característica de acampamentos temporários, contendo “instrumentos em pedra, a maioria pequenas lascas, associados a muitas pontas de projéteis” (PARELLADA, 2007, p-230). E também, da influência das tradições arqueológicas Humaitá, segundo Parellada:

“caracterizados pela concentração de instrumentos grandes em pedra, muitos feitos com seixos e blocos, onde se destacam talhadores, enxós, raspadores e furadores, associados a muitas lascas”. (Idem, p-165).

As pinturas rupestres possuem características da influência da tradição Planalto² que foi estabelecida através do estudo de sítios que ocupam parte do planalto brasileiro, desde o norte do Paraná até o sul do estado do Tocantins. Segundo o arqueólogo André Prous (2007), a tradição Planalto é representada por animais como cervídeos, peixes, onças, tatus, que são expressas nos paredões rochosos. Já a tradição Geométrica que também é visivelmente encontrada nas expressões artísticas das pinturas rupestres, “caracteriza por apresentar sinais de formas geométricas”. (PARELLADA, 2007, p-167).

² O termo tradições arqueológicas foi denominado por arqueólogos para diferenciar os estilos, características e representações das pinturas rupestres. Conferir discussão em PROUS, André. *Arte Pré-Histórica do Brasil*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

As expressões nos mostram como os povos antigos cultuavam as suas vitórias, a fauna, os rituais, a caça, as expressões do cotidiano que eram importantes. A relação do homem com o seu ambiente e os problemas que nascem da mobilidade das técnicas que dominam. Retrata os povos pré-coloniais que se deslocavam dependendo do clima, vegetação, abundância de alimentos e questões simbólicas.

A importância do patrimônio arqueológico como prática do ensino de história tem a finalidade de relacionar o conhecimento, o saber, com as manifestações históricas e culturais, construindo ou reafirmando a identidade dos povos; mediando o passado no presente, contribuindo para o enriquecimento da cultura individual, coletiva e o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A preocupação com a proteção do patrimônio arqueológico, cultural e com a memória e identidade social de um indivíduo ou coletivo fazem parte de um conjunto de complementos que compõem o cotidiano dos lugares “capaz de fortalecer a ideia de pertencimento e apropriação social do lugar; logo, torna o espaço do cotidiano mais palpável diante dos constantes fluxos de informação, capital e pessoas”. (ROCHA; MONASTIRSKY, 2008, p-149).

O cuidado de preservar um sítio arqueológico é benéfico não apenas para os envolvidos na área da pesquisa, mas, principalmente para a sociedade que será beneficiada diretamente com a construção e conservação de um espaço de proteção ambiental e social, fortalecendo a identidade e autonomia destes frente ao sentimento que os envolvem de pertencimento, memória e identidade. Outro princípio básico da preservação é o uso sustentável, melhorando a condição de vida dos indivíduos que ali residem, a experiência de cuidar, conservar, e resguardar. Analisando os pontos positivo e negativos que o turismo gera para a comunidade.

O turismo busca compreender uma relação com o Ensino de História, “mesmo não tendo um objetivo escolar é educacional e possui intimidade com a formação histórica” (VENERA, 2010, p-428). Portanto, pontua

importantes aspectos como sociais, culturais, saberes, aprendizados, conhecimento a cerca do local visitado, interpretando e incentivando a memória do indivíduo. A importância do ensino de História para o turismo aborda aspectos do passado e do presente, contando a história do local.

A Educação Patrimonial no Ensino de História apresenta uma reflexão sobre o patrimônio histórico e cultural, como instrumento de construção social, estabelecendo discussões em relação aos bens culturais, uma vez que se pouco valorizado se dá ao desconhecimento. Ações educativas podem agir de forma positiva promovendo a interação entre sujeito e patrimônio, rompendo a barreira do distanciamento através da conexão ensino-aprendizagem, valorizando o patrimônio histórico e cultural dentro de diversos espaços de conhecimento para além da escola.

Neste sentido, este projeto propõe identificar e analisar as práticas educativas acerca da história a partir de práticas turísticas. Foca-se, portanto, no Ensino de História em espaços não escolares. Para isso, considera-se a Lei 11.645/2008.

2-JUSTIFICATIVA

No que diz respeito à Lei 11.645/2008: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e cultura afro-brasileira e indígena”.(BRASIL, 2008). O que torna de fato responsabilidade das escolas transmitirem o ensino da cultura indígena e afro-brasileira nas salas de aulas. Ainda segundo a lei:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o

currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, 2008).

No decorrer do contar a história do povo brasileiro pautada no discurso de identidade nacionalista, criaram-se elementos que compunham a construção da nação. A constituição da população brasileira é formada por povos brancos, negros e índios, mas a construção social ainda é legitimada segundo os princípios da cultura ocidental, branca, europeia e cristã.

Os povos indígenas foram retratados nos livros didáticos e em outras formas de narrativas como sendo povos preguiçosos, minoritários e sem grandes esplendores. Apresentados, portanto, como seres selvagens e distantes da civilização. Aos olhos da cultura etnocêntrica não eram vistos como seres pensantes. A formação das sociedades tem suas origens na “construção da identidade, seja ela pessoal ou coletiva, local ou nacional” (Lima, 2007, p-16). A forma como a história indígena é abordada nos livros didáticos de História tem um papel fundamental na construção social do indivíduo, fornecendo elementos plausíveis para que a pessoa possa compreender todo o contexto histórico social, econômico, cultural e político inserido no país.

Através dos sítios arqueológicos (que são patrimônios históricos culturais) podemos valorizar a identidade e a história dos povos indígenas pré-coloniais, contribuindo para o enriquecimento da cultura individual, coletiva e o fortalecimento dos sentimentos de identidade, cidadania e respeito às culturas indígenas do passado e do presente.

A cultura é produção histórica, em outras palavras, é uma construção de relações de poderes, tanto de dominação no coletivo quanto de subordinação. O indivíduo desenvolve a relação de afetividade, se tornando pertencente aquela determinada cultura, através de vínculo que se cria no cotidiano. (PRATS, 1998).

Este projeto tem a necessidade de pensar o parque como um ambiente de educação não formal, como tantos outros espaços educativos fora da sala de aula, desenvolvendo ações de cunho educacional, como um espaço de produção e saberes. Ou seja, o conhecimento não é só discutido e construído em sala de aula. Pode, portanto, fazer ensino de história fora dos ambientes normativos, dialogando com o Ensino da História Pré-Colonial, da Arqueologia, do Turismo e das ações patrimoniais, através de práticas educativas que tratam do potencial histórico-cultural e social. E estas práticas, no parque, que neste projeto se propõe analisar, dão-se através do turismo. A necessidade de discutir o ensino de história em espaços não escolares, analisando as práticas educativas acerca do potencial turístico e por profissionais que não são historiadores, mas sim guias turísticos.

3-OBJETIVOS

3.1-OBJETIVOS GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar as práticas de Ensino da História Pré-Colonial, através das atividades turísticas implementadas no PEG. Considera-se a importância do processo educacional no Ensino de História fundamentando na História Pré-Colonial, abordando os conceitos de pertencimento, memória, identidade e patrimônio.

3.2-OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da pesquisa:

- Identificar e avaliar as ações educativas que o Parque promove para a comunidade.
- Refletir sobre as ações de Ensino de História a partir do passado pré-colonial que são importantes para a Unidade de Conservação.
- Averiguar como a história local pré-colonial está sendo apresentada para os turistas.

- Identificar quem são e como se dá a formação dos guias turísticos, considerando o objeto de estudo deste projeto, a história pré-colonial.
- Analisar como é a relação da comunidade com o Parque.

4-QUADRO TEÓRICO E CONCEITUAL

Todos os sítios arqueológicos são patrimônios históricos culturais que reafirmam a identidade dos povos que ali se estabeleceram constituindo de manifestações pré-coloniais mediando o passado do presente, contribuindo para o enriquecimento da cultura individual, coletiva e o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. “A importância do patrimônio cultural para a sociedade está diretamente relacionada à carga simbólica que este patrimônio representa e com o poder de pertencimento que ele proporciona”. (MONASTIRSKY, 2009, p-331).

Portanto, o ensino de História pré-colonial nos ambientes não formais necessita de ações de cunho educativas, para que isto aconteça será necessário aproximar e refletir a cerca de alguns conceitos. O primeiro conceito a ser tratado é sobre a Unidade de Conservação (UC), unidades que foram criadas com o intuito de proteger as áreas naturais de uma determinada região. Segundo Moreira e Rocha (2007, p-201) são também “consideradas como importantes instrumentos para a pesquisa, educação ambiental e na geração de ações sustentáveis para o desenvolvimento econômico regional”. Conscientizando a importância de preservar os atributos naturais e culturais, conciliando com atividades recreativas, educacionais e turísticas, proporciona a integração entre conservação, preservação, ensino de História, turismo promovendo a proteção do sítio e a transmissão do conhecimento.

Mesmo quando não é possível instalar barreiras físicas de acesso para pessoas, ou controlar totalmente o fluxo de visitantes em um sítio, a delimitação de uma UC no entorno pode possibilitar maior proteção legal contra

atividades potencialmente prejudiciais aos painéis de pinturas rupestres, pois a legislação e os planos de manejo limitam a realização de atividades econômicas impactantes na área, como atividades de agricultura. (IAP, 2002). Além disso, em UC's pode favorecer a realização de atividades turísticas controladas pela comunidade local e do entorno, em detrimento de outras atividades econômicas potencialmente danosas.

O segundo conceito é o próprio conceito de História no estudo do passado pré-colonial. O significado do termo pré quer dizer antes, ou seja, o uso do conceito pré é usado para denominar acontecimentos da história que vem antes da escrita. Portanto, é considerada uma ciência que estuda o processo de desenvolvimento do homem ao longo do tempo. "Acreditava que a História não era uma ciência qualquer, pois tratava de narração e descrição, enquanto a maioria das ciências tratava de classificação e análise". (SILVA, 2009, p-184).

A História pré-colonial é pouco disseminada nos meios de informações, como os livros de didáticos e outras fontes de conhecimento, sendo analisados segundo a cultura material, os objetos, artefatos, monumentos, dentre outros elementos que contribuem para o estudo de determinado grupo. Já a História através de elementos como "o documento é a base para o julgamento histórico" (KARNAL; TATSCH, 2009, p-09), também como as fontes iconográficas, fonográficas, jornais, revistas dentre outras, que possibilitam a interpretação dos documentos.

Em terceiro lugar, mas não menos importante os conceitos de patrimônio cultural, pertencimento, identidade e memória. O conceito de Patrimônio Cultural pode ser entendido por conjuntos de bens patrimoniais imateriais e materiais, que possuem um valor simbólico. Patrimônio tangível ou material que constitui um conjunto de bens culturais, que fazem parte da construção histórica de um povo, representados por monumentos históricos, sítios arqueológicos, paisagísticos, cidades históricas, cavernas, e também, por acervos museológicos, documentais, arquivísticas, fotográficos e cinematográficos. Já o patrimônio intangível ou imaterial, faz parte da

construção social do indivíduo, portanto, são expressões passadas de geração em geração, que constituem sua identidade, segundo tradições, ritos, saberes, lendas, religião, dentre outros.

O patrimônio cultural é todo o conjunto de elementos que compõem a cultura de uma nação, representada por um povo, por uma sociedade, segundo suas crenças, costumes, religiões, idiomas, tradições, manifestações, monumentos e símbolos. (PRATS, 1998).

Segundo Prats (1998, p-63), o patrimônio cultural é “todo aquello que socialmente se considera digno de conservación independientemente de su interes utilitário”. Assim sendo, a preservação do patrimônio é de suma importância para a construção histórica da nacionalidade, simbolizando elementos identitários de uma nação. Compondo a identidade de um povo, preservando o passado para futuras gerações. Mantendo vivas as representações simbólicas que expressão o sentimento de pertencimento e a memória individual ou coletiva. Buscando através de ilustrações, contar sua história.

Neste sentido, faz-se importante a construção social do indivíduo compondo de elementos representativos que simbolizam suas características identitárias, que o representa como pertencente aquele grupo ou comunidade. O sentimento de pertencimento que o indivíduo estabelece frente aos seus o identifica fazendo parte daquele lugar. Ou seja, ele pertence àquela determinada cultura, comunidade, grupo ou tribo, que o identifica dos demais povos e que ao mesmo tempo o caracteriza, sendo daquele grupo.

O conceito de “identidade emerge como uma ferramenta conceitual útil para a compreensão de um conjunto de fenômenos, vistos a partir das características individuais e coletivas”, (ZULIAN, 2010, p-99) apresentada no seu ambiente natural, em sua comunidade, através das relações vivenciadas no dia a dia. Desta forma, o indivíduo está em constante mudança, ou seja, ao longo da vida o sujeito poderá constituir de diversas identidades, moldando- as

segundo as relações culturais, sociais e psicológicas. Nas palavras de Stuart Hall:

A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica “satura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente unificados e predizíveis. (HALL, 2011, p-12).

O processo de identidade do sujeito consiste na construção dos saberes a partir de elementos étnicos, culturais, sociais, religiosos, formando o indivíduo conforme se sinta pertencente a algum grupo, podendo apresentar várias identidades diferentes, sendo mutável.

Já o conceito de memória é representado como sendo individual ou coletivo. O indivíduo carrega consigo elementos que o remete a lembranças que podem ser tanto individuais, acontecimentos que ocorreram ao longo da sua vida, ou saberes, conhecimentos passados de geração em geração, dentre outros elementos. Já a memória coletiva pode ser momentos vividos que o indivíduo esteve presente junto de outras pessoas que o recorda daquele acontecimento.

A memória, “na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. (LE GOFF, 2003, p-437). Por fim, a memória está relacionada com o afeto, o conhecimento, os saberes, as lembranças, os sentimentos de pertencimentos, o patrimônio e a identidade que constituem um símbolo a serviço da construção social do indivíduo.

E o quarto conceito é o de Ensino de História modificado ao longo das décadas, por fatores políticos, sociais, culturais, decorrente das instabilidades políticas. No decorrer do tempo o ensino de História modificou o modo como a informação era transmitida para a comunidade, e quais seriam os temas importantes a serem passados para os cidadãos. Segundo Silva e Fonseca (2010, p-24) “ao Ensino de História cabe um papel educativo,

formativo, cultural e político, e sua relação com a construção da cidadania perpassa diferentes espaços de produção de saberes históricos”. De fato, que os novos ventos do ensino de História mostram o processo de ensino-aprendizagem como uma etapa importante de construir, desconstruir, debater e não, simplesmente passar conhecimento disseminado.

O Ensino de História pode ser realizado tanto nos ambientes escolares como nos espaços não formais, que é o caso desta pesquisa, recorrendo a elementos inseridos na cultura do indivíduo, levando em consideração o conhecimento prévio, a realidade vivida e os elementos que contribuem para a sua formação social. Assim sendo, fomentando a importância de realizar o ensino–aprendizagem em espaços não escolares, ou seja, fora da sala de aula, e por profissionais que não são historiadores, mas sim, guias turísticos do parque.

5-QUADRO METODOLÓGICO

Para trabalhar com a História Pré-Colonial, a partir de atividades turísticas, como parte de um processo educativo não escolar, é necessário pontuar como é a chegada do visitante e como é a estrutura do local. Atualmente o PEG conta com uma estrutura para visitação, incluindo centro de recepção de visitantes, estacionamento, centro de pesquisas, mirante, pontes, alojamento para pesquisadores, trilhas interpretativas sinalizadas e quiosques. “As atividades de recreação incluem caminhadas e banhos no Arroio Pedregulho; o acesso às trilhas mais longas é feito somente com o acompanhamento de condutores”. (MOREIRA e ROCHA, 2007, p-205).

O Parque tem atrações diversas para turismo de lazer e contemplação, como a cachoeira da Ponte de Pedra, o mirante, e os Panelões do Sumidouro (são buracos formados devido à pressão da água ao longo do tempo). A estrutura de visitação que dá acesso a essas atrações consiste em trilhas marcadas, trechos com tabloides de madeira, escadarias e monitoramento por funcionários do parque e voluntários. A entrada no parque é

gratuita e todos os visitantes passam pelo centro de recepção, onde preenchem um cadastro para controle básico, assistem a um vídeo de orientação e recebem instruções sobre o parque e os cuidados que devem ser tomados na hora da visita. Essas atrações tem acesso irrestrito aos visitantes, com monitores do parque posicionados em locais estratégicos para prestarem auxílio e controlarem os visitantes para que não saiam das trilhas marcadas ou evitar que acessem áreas não permitidas.

O sítio Lapa Ponciano é uma das atrações turísticas do parque, porém, o acesso de visitantes é permitido apenas com acompanhamento de guias ou condutores locais, previamente agendados junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura Municipal de Tibagi. No local do sítio existe um painel informativo alertando sobre a fragilidade das pinturas, que foi elaborado a partir de discussões de técnicos do IAP, do Museu Paranaense e da Mineropar, entre outras instituições. As atividades turísticas, consta no plano de manejo do Parque Estadual do Guartelá, bem como diretrizes de incentivo à pesquisa arqueológica no parque. (IAP, 2002).

O objetivo desta ação é conhecer o cotidiano do parque, a relação do indivíduo com o meio ambiente e o patrimônio. Entender a relação afetiva que a comunidade estabelece com o parque. Qual o público que visita? Como o turista relaciona o Ensino de História Pré-Colonial com o patrimônio? Quais ações educativas o parque oferece para seus visitantes?

A partir das análises estabelecidas será proposta uma metodologia de campo, trabalho que consiste em observar, registrar, fotografar imagens da entrada do parque, dos atrativos turísticos como a Ponte de Pedra, o Mirante, e os Painéis do Sumidouro e fotografias do sítio arqueológico Lapa Ponciano, estima-se um total de trinta fotos para cada ponto turístico. As fotografias do parque são importantes para apresentar o procedimento da entrada do turista no parque, o trajeto das trilhas, e também o sítio arqueológico.

A metodologia abordada, também, consiste em analisar e refletir sobre as ações do Ensino de História no parque, através do turismo. Seguindo do levantamento de referências bibliográficas, do levantamento de entrevistas

concedidas pelos turistas que vão visitar o sítio arqueológico da Lapa Ponciano, estima-se um total de quarenta entrevistas por dia, durante duas semanas. Assim como, informações obtidas através de uma entrevista com o gerente do parque e com os funcionários da recepção, para que possa ser analisado como está sendo o processo de formação dos guias de turismo e como a informação sobre o Ensino de História Pré-Colonial está sendo repassada. Além disso, as entrevistas com os turistas possibilitam analisar quais os interesses que levam a visitação do parque e do sítio arqueológico, qual é a informação que o turista está recebendo por parte dos guias sobre o História Pré-Colonial e sobre a Arqueologia.

Por fim, trabalharei ainda, com a coleta de dados de análise de folders, panfletos e sites de informação que estão vinculados ao parque, recolhidos de agências de turismo da cidade e da Secretaria de Turismo de Tibagi, no intuito de verificar e analisar como está sendo realizada a divulgação das informações a respeito do trabalho desenvolvido no PEG, e relacionar como nestes instrumentos (folders, panfletos e sites) os atrativos turísticos referentes à História Pré-Colonial são apresentados.

Deste modo, salientamos a importância da valorização e conservação do patrimônio, reafirmando a identidade do indivíduo e/ou comunidade, a memória, sentimentos, pertencimento e afetos, voltados para o uso dos bens culturais, buscando conscientizar a população da relevância em preservar o patrimônio que trás elementos que contam a sua história. O projeto tem a necessidade de discutir as práticas de Ensino da História Pré-Colonial em espaços não escolares e não por profissionais da área da História, mas sim guias turísticos, através das atividades educativas.

6-CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2016		2017				
	AGO SET OUT	NOV DEZ	JAN FEV	MAR ABR MAI	JUN JUL	AGO SET OUT	NOV DEZ
Disciplinas	X	X		X	X	X	X
Pesquisa e revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X
Coleta dos dados, folders, sites e panfletos			X	X			
Análise parcial dos dados			X	X			
Redação para qualificação				X	X	X	
Qualificação do trabalho							X

ATIVIDADES	2018			
	JAN FEV	MAR ABR	MAI JUN	JUL AGO
Leituras e revisão bibliográfica	X	X		
Realizações das atividades em campo no Parque	X			
Análise dos dados	X	X		
Redação da dissertação e revisão		X	X	X
Apresentação final do trabalho				X

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, T. R. *Patrimônio Cultural e Gestão das cidades: uma análise da Lei do ICMS cultural de Minas Gerais*. *Habitus*, Goiânia, v.4, n.1. p- 471-492, jan/jun, 2006.

BLASI, O. Cultura do índio pré-histórico, Vale do Iapó, Tibagi - PR. *Arquivos do Museu Paranaense/ Nova Série Arqueologia*, Curitiba, n.6, 1972.

BRASIL, Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
Acessado em: Outubro de 2015.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*/ Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11.ed.,reimp.-Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. *Plano de Manejo do Parque Estadual do Guartelá*. Curitiba-PR, 2002. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1205>
Acessado em: Outubro de 2015.

KARNAL, L; **TATSCH**, F. G. A Memória Evanescente. In PINSKY, Carla B. & LUCA, Tânia R. de. (orgs.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo, Editora Contexto, p.09-27, 2009.

LE GOFF, Jacques, 1924- *História e memória*/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitao... [et al.]. – 7ª ed. revista – Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

LANGE, F. L. P. *Guartelá: História, Natureza, Gente*. Curitiba, COPEL, 142 p, 1994.

LIMA, T. A. *A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha*. In: Revista Cannidé, nº10. Aracajú, UFS, p-11-24, 2007.

MONASTIRSKY, L. B. *Espaço Urbano: memória social e patrimônio cultural*. Revista Terra Plural, vol3, nº2, 2009.

MOREIRA, J. C; **ROCHA**, C. H. Unidades de Conservação nos Campos Gerais. In: Editado por MELO, M. S; MORO, R.S; GUIMARÃES, G. B. *Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná*. Ponta Grossa, Ed: UEPG, 2007.

PARELLADA, C. I. Arqueologia dos Campos Gerais. In: Editado por MELO, M. S; MORO, R.S; GUIMARÃES, G. B. *Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná*. Ponta Grossa, Ed: UEPG, p-230, 2007.

PARELLADA, C. I. *Arte rupestre no Estado do Paraná*. Revista Científica da FAP, Curitiba, v.4, n.1, p. 1-25, 2009.

PRATS, Llorenç. *El Concepto de Patrimonio Cultural*. Revista Política y Sociedad, Universidad de Barcelona, 1998.

PROUS, A. *Arte Pré- Histórica do Brasil*. C/ Artes, Belo Horizonte, p-128, 2007.

PROUS, A; MARCOS, J; RIBEIRO, L. *Brasil Rupestre: a arte pré-história brasileira*. Editora: Zencrane. Curitiba, 2007.

ROCHA, A. R. P.; MONASTIRSKY, L. B. *A dialética entre o global e local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural*. Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (1): p-145-154, jan./jun., 2008.

SANTOS, M. C. P. Entre a Pré-História e a História: o documento material humano. *Revista Tempos Acadêmicos*, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica. Criciúma, Santa Catarina, nº 11, p-25-37, 2013.

SILVA, M. A; FONSECA, S.G. Ensino de História Hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, vol.30, nº60, p-13-33, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos /Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.*

VENERA, R. A. S. *Turismo e Ensino de História: potencialidades e interpretações locais*. Turismo em Análise, São Paulo, vol.21, n.2, Agosto, 2010.

ZULIAN, Rosângela Wosiack (et al.). *Especialização em História, Arte e Cultura*: livro nº 1. UEPG/NUTEAD. Ponta Grossa-PR, 2010, p- 167.